

## **APRESENTAÇÃO**

É com grande satisfação que apresentamos ao leitor mais uma edição de *Crítica e Sociedade*. Nesta edição, questões candentes do nosso presente, especialmente brasileiro, mas também latino-americano e africano, são abordadas.

Em três artigos, a análise empírica de experiências recentes provoca a reflexão de temáticas de grande atualidade e relevância no cenário nacional.

O primeiro artigo, *Limites à democratização do acesso ao ensino no século XXI: os casos dos graduandos das IFES e da UFU*, de Augusto Flávio Esteves Lacerda e Aldo Duran Gil, discute as mudanças mais recentes no perfil dos estudantes universitários brasileiros e suas consequências. As limitações e contradições de uma política governamental que procurou mudar a feição da universidade brasileira. A análise é realizada a partir do levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do curso de Medicina das universidades federais brasileiras no ano de 2016 e do conjunto dos estudantes destas mesmas instituições no ano de 2018. Sob uma perspectiva crítica, os autores questionam a permanência da ideologia meritocrática e os obstáculos estruturais à democratização do acesso ao ensino superior na realidade do capitalismo periférico.

Em *Quem quer dinheiro? Do cartão família carioca para a renda básica carioca*, Jimmy Medeiros apresenta o debate sobre as diferenças entre uma política pública de renda básica de cidadania e políticas focalizadas de transferência de renda às populações mais vulneráveis. Considerando que as últimas caracterizaram o modelo brasileiro de proteção social a partir da década de 1990, o autor pergunta em que medida o cenário da pandemia da Covid-19 remodela a concepção da focalização para uma concepção mais ampla de renda básica. A pesquisa estuda o caso do município do Rio de Janeiro, que adicionou ao anterior Cartão Família Carioca o Renda Básica Carioca, como um reforço ao Auxílio Emergencial implementado nacionalmente no cenário da pandemia.

O terceiro artigo, *O espiritismo brasileiro: avanços, tensões e consolidação no campo religioso*, de Francisco Jomário Pereira, analisa a evolução e o lugar do espiritismo no atual cenário religioso nacional, tendo como guia condutor as tensas relações entre esta doutrina religiosa e o catolicismo, que segue sendo a maior religião do país. Temática de particular relevância, uma vez que muito se discute atualmente sobre possíveis mudanças no perfil religioso da população brasileira.

Ampliando o debate para o contexto latino-americano, o artigo *Experiências de prevenção à tortura na América Latina*, de Maria Gorete Marques de Jesus, Thais Lemos Duarte e Mayara de Souza Gomes, como o próprio título evidencia, levanta o delicado tema da prevenção a práticas de tortura, lamentavelmente ainda presentes em nossas realidades. Tendo como referência o Protocolo

Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, da Organização das Nações Unidas (ONU), lançado em 2002, diversos países instituíram Mecanismos Nacionais Preventivos. A partir da leitura dos relatórios destes mecanismos constituídos no Brasil, México e Paraguai, as autoras buscaram aferir a caracterização das violações observadas e as propostas para preveni-las e revertê-las. Apesar da existência de divergências entre os órgãos, as autoras constataram alguns pontos em comum, a exemplo da forma como são abordadas as violações de direitos ocorridas em espaços de privação de liberdade e a ênfase na consideração aos fatores de risco que possibilitam a tortura.

O artigo *Debates sobre as relações do poder local, língua e cultura jurídica em Moçambique: caminhos possíveis, mas controversos*, de Alexandre António Timbane e José Gil Vicente, traz reflexão sobre as relações de poder político em Moçambique, com destaque para o papel do poder local comunitário nos processos de negociação e resolução de conflitos e para a estabilidade política e democrática. Ainda que persistam conflitos entre o poder político dos partidos e as tradições comunitárias de larga data em Moçambique, os autores concluem que os líderes comunitários têm um papel fundamental na preservação da harmonia social. Alexandre António Timbane e José Gil Vicente também discutem o lugar ocupado pela cultura jurídica na sociedade e no processo de governança e procuram sugerir possíveis estratégias no âmbito das relações de poder e da cultura jurídica.

Por último e se diferenciando dos demais, o artigo *Elementos teórico-metodológicos para análise dos movimentos sociais à luz de uma abordagem marxista*, de Gabriel Teles, propõe, como também se anuncia no título, explorar teoricamente – e, neste aspecto, se diferencia dos demais – o tema dos movimentos sociais na perspectiva marxista: as contribuições de Karl Marx à temática, a definição do conceito na ótica marxista e a sua inserção na dinâmica social, na relação com a luta de classes, o processo de acumulação de capital e o Estado, dentre outros. Para o autor, importa destacar a fecundidade da abordagem marxista para a compreensão desse relevante fenômeno do mundo moderno.

Assim finalizamos esta edição e este incomum ano de 2020, agradecendo a todos e todas que colaboraram e nos ofertaram sua valiosa contribuição crítica e criadora, promovendo a divulgação de suas pesquisas e o debate de ideias ancorado na ciência, prática crucial à construção de um futuro melhor.

Os editores